



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 97/XIV/ 3.ª SL

Aos 3 dias do mês de novembro de 2021, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão De Defesa Nacional, na(o) Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas 95 e 96/XIV/3ª
2. Apreciação e votação do relatório final da petição 193|XIV|2 - Uso de Boina com farda nº1 para militares do exército –Relator Deputado Manuel dos Santos Afonso (PS)
3. Discussão dos seguintes Projetos de Resolução:
 - Projeto de Resolução 1453| XIV| 3 (PAN) - Recomenda ao Governo que, em cumprimento do Orçamento do Estado para 2021, apresente à Assembleia da República o relatório de implementação do Estatuto do Antigo Combatente
 - Projeto de Resolução 1391| XIV| 2 (BE) - Recomenda ao Governo que proceda à desclassificação de todos os documentos militares datados até 1975
 - Projeto de Resolução 1370| XIV| 2 (PCP) - Recuperação, requalificação e valorização do Centro de Recrutamento Militar (Funchal, Região Autónoma da Madeira)
4. Outros Assuntos

Aberta a reunião, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Marcos Perestrello (PS) deu as boas vindas aos novos membros da Comissão, os Senhores Deputados Dora Brandão (PS) e Luís Reis (PS).

Seguidamente, as atas 95 e 96/XIV/3ª foram aprovadas com a abstenção da Senhora Deputada Dora Brandão (PS), por não ter estado presente.

Passou-se então ao debate dos Projetos de Resolução.



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 97/XIV/ 3.ª SL

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real, na qualidade de proponente, expôs, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 1453/XIV/3.ª(PAN).

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) declarou que a Comissão se orgulha do que foi possível fazer em matéria de Antigos Combatentes, e recordou que, neste mês, entrou em pleno vigor o acesso gratuito aos transportes públicos, passo que faltava operacionalizar e cujos procedimentos se encontram finalmente criados, Considerou fundamental a existência do relatório, uma vez que é um compromisso do Governo para que haja um retrato mais fidedigno dos Antigos Combatentes, em termos de benefícios e carências. Comunicou que o Ministério da Defesa Nacional está a proceder à sua redação, com o apoio de outros ministérios, indicando não ver vantagem em que, num momento em que o Governo está em cumprimento, a Assembleia da República fazer uma recomendação no mesmo sentido. Pese embora concordar com o projeto subjacente, recordou que o prazo só termina dia 31 de dezembro.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) realçou o contributo do PSD para o Estatuto do Antigo Combatente, indicando não poder deixar de acompanhar a premissa de que o tempo para apresentação do relatório não está esgotado. Considerou ainda ser o Estatuto do Antigo Combatente imperfeito e apenas o início do processo.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) realçou também o contributo do BE para a aprovação do Estatuto do Antigo Combatente, considerando que o mesmo ficou aquém das pretensões do seu Grupo Parlamentar. Defendeu, ainda, que não é demais apresentar algumas iniciativas para que a matéria não seja esquecida, e veja a luz no tempo devido, assinalando que o Projeto de Resolução tem a sua pertinência, até pelo descontentamento dos Antigos Combatentes pelo tempo que demorou a resolver a questão dos passes sociais.

O Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) pediu a palavra para indicar que o seu Grupo Parlamentar é favorável a este Projeto de Resolução.

A Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN) voltou a intervir para recordar que o Projeto de Resolução deu entrada em setembro, com o objetivo de evitar que



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 97/XIV/ 3.ª SL

a chamada lei-travão viesse a impedir a concretização do Estatuto, visando também clarificação da posição da Assembleia da República nesta matéria.

Depois, Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução 1391/XIV/2ª.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) referiu-se à existência de dois arquivos fundamentais, e ao processo de desclassificação que quer o Exército quer a Marinha têm levado a cabo. Referiu-se também à legislação específica que regula o acesso a documentos confiados, considerando que há documentos que, pela sua natureza (nalguns casos mais pessoal) têm de estar sujeitos a um tratamento de alguma confidencialidade. Considerou também que a provação do Projeto de Resolução poderia prejudicar a lógica de reserva que permite ao tratamento destes documentos. Manifestou, ainda, perceber a utilidade e o interesse no acesso a essas matérias embora considere que o distanciamento do tempo é fundamental para a apreciação correta dos mesmos.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos indicou que o enquadramento legal destas matérias é claro e se encontra enquadrado pela Lei do Segredo de Estado, tendo a classificação um limite temporal de 30 anos. Indicou concordar com a substância do Projeto de Resolução, discordando da forma como está escrito e do pendor ideológico, considerando não estar em condições de apoiar o Projeto de resolução.

O Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) considerou que a possibilidade de desclassificação pode desrespeitar compromissos internacionais do Estado Português ou colocar em possível perigo o Estado ou cidadãos.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) voltou a pedir a palavra para dar nota de que o critério de classificação é muito semelhante ao do segredo de Estado, logo tem limite temporal.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) indicou que existem documentos que ainda estão classificados, cuja desclassificação não põe em causa a segurança externa ou interna do país, promovendo antes a democracia e a transparência sobre um período negro da nossa história. Reforçou ainda que as



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 97/XIV/ 3.ª SL

leis podem ser alteradas, e recordou que se trata apenas de um Projeto de Resolução, considerando tratar-se de uma ação proativa dar a conhecer um regime que tenta legitimar a ocupação e uma guerra fratricida, considerando que o acesso aos documentos só legitimará a democracia.

Na ausência do PCP, na qualidade de proponente, o Senhor Presidente propôs à Comissão que, dadas as condições da reunião, fosse feita a discussão do Projeto de Resolução n.º 1370/XIV/2ª sem apresentação, evitando que o Projeto fosse submetido a votação em Plenário sem discussão.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) indicou que, não obstante a circunstância de ter de ser respeitada a presença do proponente nestas discussões, dada a situação específica, não se oporia à discussão a título excecional. Referiu-se ao parecer negativo da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma da Madeira, indicando que o seu Grupo Parlamentar acompanhará o sentido desse parecer.

A Senhora Deputada Lara Martinho (PS) declarou ser fundamental que todas as iniciativas relativas às regiões autónomas tenham em conta os pareceres e o envolvimento das mesmas. Indicou que este imóvel não está classificado nem nacional nem localmente, mas está classificado na Lei de Infraestruturas Militares, tendo sido considerado um imóvel que poderia ser rentabilizado. Referiu-se ainda a uma manifestação de interesse por parte do município do Funchal, que não teve sequência.

Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) indicou que, não obstante a ausência do proponente, se o Projeto de Resolução não for discutido antes da dissolução terá de ser novamente apresentado noutra legislatura, pelo que, tratando-se apenas de um projeto de Resolução, defende a discussão e a capacidade da Assembleia da República para produzir as suas recomendações, apesar de se tratar de matéria de interesse regional. Realçou tratar-se de edifícios históricos, como também existem no continente, dando o exemplo do Forte de Peniche, considerando que o edifício teria legitimidade para acomodar o que é proposto pelo PCP.



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 97/XIV/ 3.ª SL

O Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) considerou o Projeto muito ideológico, manifestando a sua discordância.

No ponto outros assuntos, a Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) pediu a palavra para saudar o início da missão militar da EU em Moçambique, em resposta ao pedido do Governo de Maputo, que permitiu a deslocação para aquele país de 160 militares formadores para apoio ao combate à insurgência em Cabo Delgado, que causou já mais de 817 mil deslocados e 3 mil mortos.

Foi acompanhada nesta saudação pelo Senhor Deputado Manuel dos Santos Afonso (PS) que, conhecedor da região, indicou ver com satisfação o início da missão que considerou ser o início de um processo que vai criar condições militares para expulsar os insurgentes.

O Senhor Presidente referiu-se ainda à circunstância de, aguardando-se o anúncio da dissolução do parlamento, o agendamento das reuniões da Comissão ter de ser feito semana a semana, o que dificulta a programação dos trabalhos.

A reunião foi encerrada às 12:54 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de novembro de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MARCOS PERESTRELLO)



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 97/XIV/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Jesus (PS)
Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Joaquim Barreto (PS)
Jorge Gomes (PS)
José Luís Carneiro (PS)
Lara Martinho (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Adão Silva (PSD)
Ana Miguel Dos Santos (PSD)
Helga Correia (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
João Vasconcelos (BE)
Pedro Morais Soares (CDS-PP)
Luís Miguel Reis (PS)
Maria Joaquina Matos (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Eduardo Reis (PSD)
António Filipe (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Filipe Soares (BE)